

MICRO E MACROPOLÍTICAS DE INFORMAÇÃO:

o acesso livre à informação científica no
campo da saúde no Brasil e em Portugal

PATRICIA CORRÊA HENNING

Orientadora

Profa. Dra. Maria Cristina Soares Guimarães (ICICT/PPGICS)

Coorientadores

Prof. Dr. José Maria Jardim (Unirio) e

Profa. Dra. Maria Manuel Borges (Unv. Coimbra)

Uma breve introdução

A ciência vem sofrendo transformações que se manifestaram com mais alento **a partir do final do século XX**, mobilizando as comunidades científicas de todo o mundo.

Entender o acesso livre ao conhecimento como uma atitude ética e justa significa:

Tensionar o paradigma estabelecido

Considerar que a informação científica é um bem público significa:

ser um direito de todo cidadão acessá-la de forma livre e gratuita

Discursos como esses tem sido cada vez mais fortalecidos por intermédio dos **“Movimentos em prol do acesso livre à informação científica”** que parece ser um caminho sem volta, que promove uma nova dinâmica na **geração do conhecimento diferente da configuração anterior.**

O movimento do acesso livre promove dois caminhos:

Via Dourada sugere que os pesquisadores publiquem em revistas científicas, avaliadas por pares, disponíveis livremente na Web.

Via Verde sugere que esses mesmos cientistas, pesquisadores e acadêmicos disponibilizem a sua produção científica, por meio da prática do autoarquivamento, em repositórios institucionais de acesso livre.

O que é um Repositório Institucional...

“um conjunto de serviços que a universidade e/ou instituição de pesquisa oferece aos membros de sua comunidade, para a gestão e disseminação de materiais digitais criados pela instituição e membros da sua comunidade. É mais essencialmente um compromisso organizacional, incluindo preservação a longo prazo, bem como a organização, acesso e distribuição”. Lynch (2003)

Envolve as seguintes atividades:

- Tecnologia
- Preservação da memória institucional
- Preservação digital
- Aumento da visibilidade e impacto na Web
- Disseminação gratuita do conhecimento científico

Alguns questionamentos...

- 1- Que elementos estimulam ou dificultam a adoção/desenvolvimento de repositórios institucionais?
- 2- Quais estímulos podem envolver a comunidade científica no acesso livre?
- 3- Quais as dificuldades brasileiras para a criação de mandatórios voltados para o acesso livre?
- 4- As políticas de informação científica e tecnológica brasileiras apontam para que direção?

A realidade brasileira...

Dos repositórios brasileiros raros são aqueles que possuem algum tipo de estratégia e ação destinadas à sua sobrevivência.

As agências do Estado responsáveis pelo estabelecimento das políticas científicas pouco tem contribuído na discussão de novos modelos de comunicação e avaliação da ciência,

Há ainda uma discussão limitada sobre legislação de copyright mais apropriada para essa ciência cada vez mais aberta e colaborativa.

Perduram modelos conservadores que parecem não mais se adequar ao cenário contemporâneo.

A realidade brasileira...

Até o final desta pesquisa, não se tinha notícias concretas sobre o Projeto de Lei 387/2011, encaminhado, há dois anos, à Câmara dos Deputados, pelo senador Cristovam Buarque.

Lei 387/2011: As instituições de educação superior de caráter público, bem como as unidades de pesquisa, **ficam obrigadas a construir repositórios institucionais de acesso livre**, nos quais deverá ser depositado, obrigatoriamente, o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como, da produção técnico-científica, o resultado de pesquisas científicas realizadas por seus professores, pesquisadores e colaboradores, **apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores.**

Esse poderá ser o único instrumento macropolítico brasileiro voltado para a institucionalização do acesso livre no país.

Espera-se, com a sua aprovação, que as instituições de pesquisa nacionais tenham respaldo legal para orientar uma mudança no cenário na comunicação da ciência no país. **Enquanto isso não acontece, o avanço nessa direção fica comprometido.**

Na área da saúde, no Brasil

Na área da saúde, o acesso livre, no Brasil, é um tema pouco explorado na literatura da comunidade científica da saúde. Por essa razão, fomos buscar, na pioneira **dissertação de mestrado “O livre acesso à informação científica em doenças negligenciadas: um estudo exploratório” (NORONHA, 2011)**, as barreiras e os aspectos favoráveis ao desenvolvimento de uma política de acesso livre à informação científica em doenças negligenciadas na Fiocruz.

Nossa premissa...

Partimos da premissa de que o sucesso do acesso livre no Brasil só será possível mediante a existência de micro e macropolíticas de informação voltadas para o acesso livre, de modo a estimular a implantação e garantir a sustentabilidade de RIs,

Quatro aspectos fundamentais devem ser contemplados nas políticas estabelecidas:

- a) Infraestrutura de informação;
- b) Estratégia de gestão da informação;
- c) Entendimento da lei de *copyright* e
- d) Adesão da comunidade científica.

Objetivo geral...

Como objetivo geral, buscar responder a tais questões, nos pressupostos apontados, utilizando-se das dimensões de um “regime de informação” voltado para RIs, de acesso livre à informação científica.

A estruturação da tese

Objetivos Específicos

1- discutir os conceitos de política pública, política de informação e regime de informação;

2-discutir o papel da ciência e de sua comunicação na perspectiva das mudanças de paradigmas do mundo contemporâneo;

3-apontar o cenário internacional e nacional dos repositórios institucionais;

4-identificar, dentre os repositórios da área da saúde portugueses, quais atores/humanos, artefatos/infraestrutura, dispositivos/políticas e ações/diretrizes envolvidos na sua gestão e manutenção; e

5-sugerir, com base na realidade dos repositórios portugueses da área da saúde, elementos que possam servir de referência para a conformação e sustentabilidade de RIs no Brasil.



Capítulos

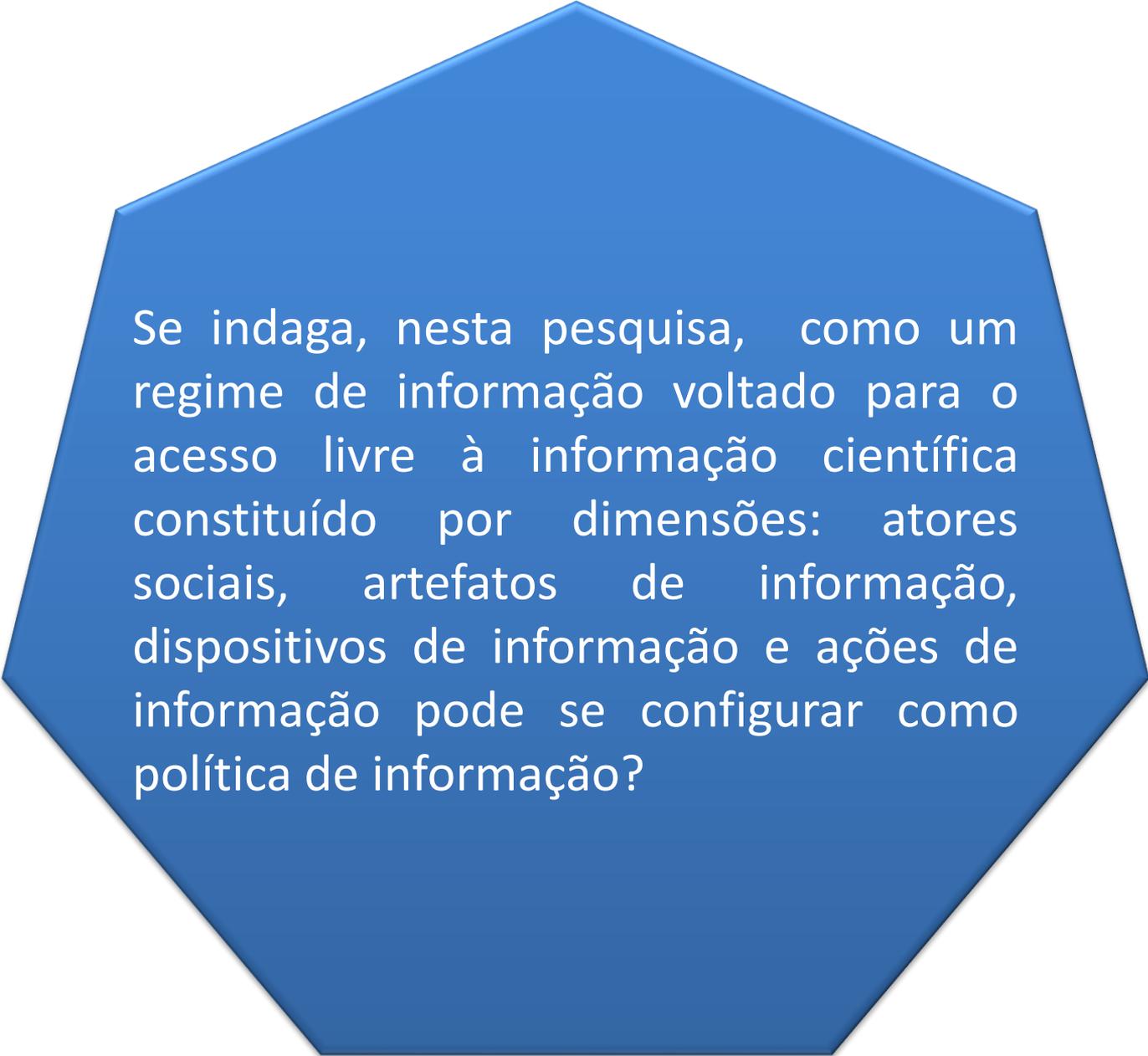
2- Políticas públicas e as políticas de informação científica e tecnológica

3-Ciência e a comunicação científica

4- Via verde no acesso livre

5- Estado da arte dos repositórios da saúde em Portugal: uma pesquisa exploratória

6- Considerações Finais



Se indaga, nesta pesquisa, como um regime de informação voltado para o acesso livre à informação científica constituído por dimensões: atores sociais, artefatos de informação, dispositivos de informação e ações de informação pode se configurar como política de informação?

Regime de informação...

Entende-se, que um regime de informação não se estabelece por decreto ou política; é, antes de tudo, uma configuração que emerge como consequência e resultado de um conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais pelas quais a informação é gerada, organizada e transferida de diferentes produtores, por muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002)

Regime de informação...

Dizer que essa abordagem de Regime de Informação não foi tomada como dimensão explicativa, mas como um recurso instrumental para identificar as dimensões operativas de uma necessária orquestração (atores, políticas, infraestrutura e estratégias) para ancorar a implantação e sustentação de um RI.

Fomos buscar ajuda na experiência portuguesa

Por meio de um doutorado sanduíche, com duração de 10 meses, junto à Universidade de Coimbra, em Portugal, **investigamos a experiência portuguesa, considerada um modelo na implantação e gestão de repositórios institucionais**, elementos que pudessem servir de referência para a estruturação e consolidação de RIs brasileiros, em especial aqueles da área da saúde.

Por que Portugal?



- A experiência e autoridade portuguesas no tema;
- As bem-sucedidas iniciativas de políticas adotadas por instituições de ensino e pesquisa;
- A elaboração de um *kit* de Políticas de Open Access;
- A existência de 17 repositórios institucionais, na área da saúde, em Portugal, 6 deles vinculados a hospitais e 11 vinculados a universidades;
- Portugal é um país que possui conexões históricas e culturais com o Brasil, com acordos bilaterais e a realização de eventos anuais luso-brasileiros, nesse segmento;
- A cooperação portuguesa da Universidade do Minho com o IBICT, instituição brasileira.

Metodologia

Foi dividida em duas etapas:

1. Voltada para a fundamentação que deu sustentação teórica e conceitual, e envolveu **buscas bibliográficas** em bases de dados especializadas, como:

- *Web of Science,*
- *Scopus,*
- Google Acadêmico e,
- Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)

2. Pesquisa empírica com atores-chave na gestão dos RIs no campo da saúde em Portugal. Foi desenvolvido um **questionário** para realização de entrevistas **semiestruturadas**.

- As categorias de informação utilizadas para estruturar o questionário foram divididas em quatro dimensões distintas, aproximando-se, assim, da abordagem estabelecida por González de Gómez (2009) para o conceito de regime de informação:

- atores/humanos;
- artefatos/infraestrutura;
- dispositivos/políticas;
- ações/diretrizes

As entrevistas...



O principal instrumento de coleta de dados, distribuídas geograficamente em 06 cidades diferentes, espalhadas de norte a sul de Portugal, com 16 gestores de 17 RIs da área da saúde.

Capítulo 2: POLÍTICAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A fundamentação teórica contida neste capítulo recai essencialmente em conceitos que se inicia com as noções de público, privado e comum, até alcançar a discussão sobre políticas públicas para se entender as “políticas de informação”, os “regimes de informação” e, finalmente, “políticas de informação científica e tecnológica” na sociedade da informação.

- **As macropolíticas** foram entendidas como aquelas instituídas pelo Estado ou por instituições do poder público que tomam decisões para toda a nação.
- **As micropolíticas** foram percebidas como aquelas instituídas na própria instituição, sendo consideradas políticas voltadas para as atividades de gestão da informação.

- Concluimos que uma política nacional de informação científica e tecnológica jamais foi efetivamente desenhada e implantada pelo Estado brasileiro;
- Muito menos, uma política nacional que promova a implantação de repositórios institucionais de acesso livre.

- A abordagem “**regime de informação**” serviu para nos situar no domínio da gestão, o que alicerçou o nosso entendimento sobre as micro e macro políticas de informação.
- Foi adotada como referencial teórico que favoreceu, a demarcação do campo empírico desta pesquisa, possibilitando-nos, identificar o **regime de informação adotado pelos gestores de repositórios institucionais em Portugal.**

Capítulo 3:

CIÊNCIA E A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

- Este capítulo tem início com o **conceito de ciência e seus paradigmas** que, especialmente ao longo do último século passado, produziram visões diferenciadas sobre o fazer do conhecimento científico.
- Utilizamos dos pensadores **Thomas Kuhn e Robert Merton que deixaram contribuições singulares** para se compreender a ciência e a comunicação científica.

- A ciência e seus paradigmas
- Comunicação científica
- Acesso livre à informação científica
- A Propriedade intelectual no acesso livre

Concluimos que :

Dentro das alternativas viáveis para se ter o livre acesso ao conhecimento científico a **Via Verde**, como já dito anteriormente, é o melhor caminho, que indica o sinal verde para o autoarquivamento da produção científica em repositórios institucionais.

Capítulo 4:

VIA VERDE NO ACESSO LIVRE

- Os repositórios de acesso livre no cenário internacional
- O estado da arte dos repositórios institucionais no Brasil
- A evolução do acesso livre em Portugal
- Mandatório como Expressão de Micropolítica de Informação
- Macropolíticas de Acesso Livre na União Europeia
- O acesso livre na área da saúde no Brasil

- **História** do Movimento do Acesso Livre;
- Os três BBB: declarações de **Budapeste, Bethesda e Berlim**;
- **Via Dourada** ou *Gold Road* e **Via Verde** ou *Green Road*;
- **Viabilidade da Via Verde** como a opção que melhor resolve o problema do acesso livre à informação científica;
- O **paradoxo brasileiro**: o Estado paga duas vezes pelas pesquisas científicas brasileiras, primeiro para financiá-las, e segundo para ter acesso ao resultado das pesquisas por ele financiadas;
- **Alternativa pouco conhecida**, mas que também pouco resolve o problema, é o modelo **‘autor paga’**;
- **Direitos autorais** a inquietação do momento; **as incertezas sobre a aplicação da Lei dos Direitos Autorais**; **tentativa de mudar esse cenário**, foi criado, em 2007, no Brasil, o Fórum Nacional de Direito Autoral, pelo Ministério da Cultura (MinC) e o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação (GEDAI).
- A alternativa da **licença do *Creative Commons***

- Procuramos **situar o leitor historicamente, conceitualmente, tecnicamente e legalmente**, no que se reporta à Via Verde.
- **Mandatário como Expressão de Micropolítica de Informação, destacamos:**
 - A importancia de se estabelecer políticas
 - *kit* de Política de *Open Access* português
 - Direitos autorais no open access
 - Crescimento dos mandatórios nos últimos 10 anos no mundo
 - Exemplo do National Institute of Health (NIH)
- **Macropolíticas de Acesso Livre na União Europeia**
 - **OpenAIRE** – Open Access Infrastructure Research for Europe
 - **OpenAIREplus**
 - **DRIVER** – Digital Repository Infrastructure Vision for European Research
 - **Med@anet** – Mediterranean Open Access Network
 - **NECOBELAC** – Network of Collaboration between Europe and Latin America-Caribbean Countries

- Apresentamos os RIs do **ICICT** e da **ENSP** como os únicos RIs brasileiros da área da saúde.
- Aproveitamos para falar das BVS e do Scielo como iniciativas de acesso livre à informação científica na área da saúde.

- **Concluimos que:**

- A **situação geral dos RIs** brasileiros não é dos mais animadores.
- Paradoxalmente, os resultados alcançados na criação e desenvolvimento de RIs, no Brasil, não correspondem aos investimentos e ações despendidos pelos gestores das instituições responsáveis que atuam nessa direção.
- Percebe-se que **existe vontade para solucionar os problemas, mas nos faltam as macropolíticas de Estado que amparem legalmente as medidas a serem tomadas.**
- Esse é o maior **motivo da descontinuidade das ações existentes.**

Capítulo 5 e 6

ESTADO DA ARTE DOS REPOSITÓRIOS DA SAÚDE EM PORTUGAL: UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Instrumentos de coleta de dados
- Quantidade de documentos existente em cada Repositório
- Apresentação das tipologias dos documentos contidos nos RIs
- Apresentação e discussão dos resultados
- Considerações finais

Apresentação dos resultados

Estruturação do questionário

- **1ª DIMENSÃO:**

Dados sobre os atores envolvidos nos RIs

- **2ª DIMENSÃO:**

Dados sobre os artefatos utilizados nos RIs

- **3ª DIMENSÃO:**

Dados sobre os dispositivos políticos dos RIs

- **4ª DIMENSÃO:**

Dados de ações de divulgação e repercussão dos RIs

- A criação do **Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)** foi, ao nosso entender, a ação política de infraestrutura da maior importância, que conseguiu viabilizar a criação e a continuidade das ações dos RIs em Portugal.
- Seus gestores estabeleceram um pacote macropolítico que viabilizou a interoperabilidade dos dados entre os RIs institucionais a ele vinculados, o que incluiu:
 - a adoção do DSpace como programa oficial para o gerenciamento dos RIs;
 - a utilização dos padrões Dublin Core, OAI-PMH e do formato PDF ou PDF/A, para a interoperabilidade e padrão dos documentos depositados nos RIs;
 - e o tratamento dos dados, visando à preservação digital da informação.

- Dentre todas as macropolíticas estabelecidas pelo RCAAP, a mais importante foi a do **Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais (SARI)**. Esse serviço possibilita o compartilhamento do DSpace com os repositórios vinculados ao RCAAP, dando-lhes toda infraestrutura necessária para o gerenciamento, manutenção e atualização dos dados sem qualquer custo.
- Tal política, se por um lado centraliza o poder em uma única instituição, o que de certa forma não agrada a algumas instituições, pois lhes tira a autonomia, por outro lado oferece, à maioria delas, condições de conduzir seus repositórios em alto padrão de qualidade e manutenção.

- A adoção das **diretrizes DRIVER**, direcionadas a gestores e administradores de repositórios, possibilita a interoperabilidade dos dados entre os repositórios portugueses e europeus;
- As **diretrizes OpenAIRE**, implantadas para orientar os autores/pesquisadores financiados pelas principais **agências de fomento** à pesquisa na Europa, a que depositem os resultados das suas pesquisas em RIs institucionais.

- **Observamos que os pesquisadores e RIs portugueses estão totalmente alinhados a essas macropolíticas, o que facilita a gestão da informação e a inclusão dos RIs portugueses no cenário europeu.**
- **A importância da atuante participação das agências de fomento na formulação de políticas de acesso livre à informação científica.**

Essa é uma das posturas que o Brasil se ressentente de não ter. **As agências de fomento brasileiras** são extremamente competentes com as suas agendas de trabalho, porém **ainda não foram municiaadas por parte dos setores interessados para que tenham a percepção do importante papel que poderiam estar desempenhando em prol da ciência se adotassem as políticas OpenAire no Brasil.**

Os profissionais da área de biblioteconomia em Portugal assumem um papel atuante e de responsabilidade com as atividades relativas ao acesso livre à informação científica, sendo eles os profissionais especializados em tratamento e organização da informação científica.

Percebe, claramente, que o que nos falta é um maior envolvimento do bibliotecário brasileiros no processo de gestão dos RIs. A inserção desse tema nas disciplinas de graduação dos cursos de biblioteconomia talvez sirva de base para que esses profissionais sejam mais ativos nessas atividades de gestão.

- Não basta apenas a capacitação de recursos humanos, pois há de existir uma **infraestrutura tecnológica sólida que dê sustentação técnica ao processo de gestão**, o que se mostrou primordial no caso dos RIs portugueses.
- Os **gestores brasileiros precisam pensar em uma forma mais eficiente que atenda à necessidade de infraestrutura tecnológica dos RIs brasileiros**. O exemplo português com o sistema **SARI** é uma possibilidade, mas, para que isso aconteça por aqui, são necessárias macropolíticas de informação que se dediquem ao acesso livre dos repositórios institucionais.

- No caso português, **as políticas adotadas deram sustentação legal e gerencial**, e viabilizaram o sucesso dos RIs naquele país.
- As questões relativas à **gestão de propriedade intelectual** são um forte impedimento para o acesso livre dos RIs brasileiros.
- No caso português esse fato é bem contornado, pois **a lei de direitos autorais portuguesa permite a cópia para uso pessoal sem fins lucrativos**.
- No Brasil, isso não é possível, porque se obriga a uma gestão da propriedade intelectual de maneira mais cuidadosa, para que não se infrinja a lei.

- Em Portugal, assim como em todos os países da Comunidade Econômica Europeia, **as agências de fomento à pesquisa têm um papel atuante nas políticas de acesso livre.**
- No que toca ao Brasil, isso não ocorre. **Essa dificuldade poderia ser contornada se houvesse uma pressão da parte da comunidade científica brasileira.**
- Percebe-se, no entanto, que as iniciativas realizadas no Brasil em prol do acesso livre são decorrentes de algumas instituições estatais.
- Ressentimo-nos de uma **maior adesão e envolvimento da comunidade científica**, no que se refere ao acesso livre. Ela poderia **pressionar as autoridades e os gestores a mudarem o sistema de avaliação e acesso à comunicação científica em nosso país.**

- **Estudos como estes existem para comprovar a viabilidade da Via Verde como a opção que pode resolver as demandas pelo livre acesso à informação científica em todo o mundo.**
- Nesse sentido, esperamos que os dados e informação aqui levantados possam contribuir para a melhoria do acesso livre em nosso país.

Ao final desta pesquisa, permitimo-nos sugerir alguns desdobramentos de estudos futuros que poderiam,, contribuir para o fortalecimento do acesso livre no Brasil.

Estudar o aumento da visibilidade do resultado das pesquisas, do impacto das publicações e, conseqüentemente, das citações e prestígio obtidos pelos pesquisadores brasileiros que realizam o depósito de suas publicações em RIs.

Estudar como se realiza uma possível maior socialização do conhecimento do ponto de vista ético, e como a ciência pode ser colocada a serviço da sociedade por intermédio dos RIs;

Estudar mais detalhadamente a autoria científica do ponto de vista da produção, circulação e compartilhamento dos bens imateriais, dos modelos abertos de criação, do comum e do domínio público.